

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DURVAL ÂNGELO - CONSELHEIRO
RELATOR DOS AUTOS Nº 1.092.389.

Referente: Processo nº 1.092.389.

FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, engenheiro eletricitista inscrito no CREA-MG sob o nº 184534/D, RG nº MG-14846.779-SSPMG, CPF 272.948.381-00, residente e domiciliado na Avenida Dr. João Beraldo, 864, Centro, Pouso Alegre, Minas Gerais, CEP 37550-074, por seu bastante procurador, vem apresentar suas JUSTIFICATIVAS em face ao apontamento feitos pelo Ilmo. Luiz Henrique Starling Lopes - Analista de Controle Externo – TC 1792-0 conforme se segue:

- a) Apontamento: Conduta- Elaborar levantamento com informações do bairro Jardim Bela Vista duplicadas. o Nexso causal: A contabilização de forma duplicada das informações do bairro Jardim Bela Vista implicou em 99 (noventa e nove) luminárias LED de 60 W e relés a mais na planilha orçamentária do edital TP 04/2020, configurando um sobrepreço de R\$ 98.472,33 (noventa e oito e quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos).**

Justificativa:

Não há que se falar em sobrepreço na Planilha Orçamentária. Houve apenas um erro formal na da Relação de Vias Públicas que seriam eficientizadas, restando duplicadas as Vias do Bairro Bela Vista em duplicidade.

Entretanto, que obviamente não foram executadas em duplicidade, sendo as vias substituídas no Projeto Executivo por Vias do Bairro Jardim América, sem alteração nos preços da Planilha Orçamentária.

Outrossim, cumpre destacar que tal assertiva é de fácil constatação, sendo certo que o engenheiro responsável por aprovar as medições dos serviços executados poderá prestar maiores esclarecimentos.

Isto porque, conforme consta no Contrato nº 609/2020, a empresa DFT Projetos Ltda. foi contratada, tão somente, para elaboração de Projetos Luminotécnicos e Elétrico para a Diretoria de Obras Urbanas e Rurais da Prefeitura Municipal de Monte Sião.

Não constava no rol das obrigações contratadas, qualquer tipo de assessoramento na elaboração do edital, execução ou fiscalização da execução das obras licitadas.

- b) Apontamento: Falta de Descrição do objeto de forma clara, na forma que determina o art. 40 da Lei Federal 8666/93 - Conduta - Não proceder à identificação clara do objeto da licitação, na forma determinada pela legislação vigente.**

Justificativa:

A DFT Projetos Ltda., foi contratada para elaboração do Projeto Luminotécnico da Planta de Iluminação Pública do Município de Monte Sião, conforme Contrato nº 609/2020, o referido Projeto foi entregue cumprindo rigorosamente as Normas vigentes, ABNT NBR 5101, que estabelece os requisitos para iluminação de vias públicas, propiciando segurança aos tráfegos de pedestres e veículos. **Em anexo, arquivo com o Projeto Completo. A DFT Projetos Ltda.,** destacando que, como já dito, a empresa não foi contratada para prestar qualquer tipo de assessoramento na elaboração do edital, execução ou fiscalização da execução das obras licitadas.

Ademais, 10 (dez) empresas participaram da licitação e tiveram suas propostas classificadas, o que nos leva à conclusão que as informações constantes no projeto eram suficientes para identificação do objeto e formalização da proposta.

- c) Apontamento: Falta de aprovação do projeto básico na forma que determinam a Lei Federal 8666/93 e resoluções ANEEL e orientação CEMIG - Conduta - Não realizar os procedimentos de aprovação do projeto básico junto aos órgãos responsáveis.**

Justificativa:

A DFT Projetos Ltda., somente, foi contratada para elaboração do Projeto Luminotécnico, RETROFIT, substituição das luminárias nos pontos de iluminação pública existentes por luminárias mais eficientes, sem promover alterações na rede de distribuição de energia elétrica.

O Projeto Luminotécnico contratado pelo Município e entregue pela empresa DFT Projetos Ltda., como já dito, atende rigorosamente as Normas Vigentes, ABNT NBR 5101, composto por estudos das vias públicas, cálculos luminotécnicos, especificação das luminárias, planilha de custos, composições de preços incluindo mão de obra, cotações e cronograma físico-financeiro.

O Termo de Transferência e Acordo Operativo do Sistema de Iluminação Pública celebrado entre o Município e a Concessionária (CEMIG) define que a responsabilidade pela manutenção e atualização da Planta de Iluminação Pública seja do Município.

A DFT Projetos Ltda., uma vez mais importante frisar, foi contratada apenas para elaboração do Projeto Luminotécnico, não foi contratada para elaboração do edital, para a execução da obra, nem tampouco, para a fiscalização da obra.

Desta forma, homologada a licitação e firmado o contrato com a empresa licitante vencedora, a mesma deveria apresentar suas qualificações, seu plano de trabalho, junto à Concessionária para permissão da realização dos serviços.

A empresa DFT Projetos Ltda., na elaboração do Projeto Luminotécnico não precisa de aprovação da Concessionária.

- d) Apontamento: Falta de Composição de custos unitários e uso de unidade genérica - Conduta – Proceder irregularmente a orçamento sem as devidas composições de custos unitários.**

Justificativa:

A DFT Projetos Ltda., apresentou a Composição de custos com suas respectivas unidades, sendo a Composição de Custos é parte integrante do projeto e obrigatória para a Elaboração da Planilha Orçamentária, portanto, **foi entregue ao Município conforme demonstrado no arquivo do Projeto Luminotécnico que acompanha a presente justificativa.**

Se a Prefeitura de Monte Sião não disponibilizou o Projeto completo na Licitação, tal conduta não poder ser atribuída à empresa DFT ou ao seu engenheiro responsável técnico.

- e) Apontamento: Falta de detalhamento da taxa de encargos sociais – Não observação dos critérios da desoneração da folha de pagamento. Conduta – Não observar a legislação vigente que trata da desoneração da folha de pagamento.**

Justificativa:

A Planilha Orçamentária do Projeto Luminotécnico, conforme especificado na própria, foi elaborada com referência nas tabelas de Preços e Custos Setop/Sinapi que são Cadernos Técnicos de composições de preços para insumos,

utilizados em todos os estados do Brasil, as tabelas de preços consideram custos com os Encargos Sociais, geridos pela Caixa Econômica Federal.

Lado outro o BDI foi elaborado de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União.

III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, esperamos que as justificativas apresentadas sejam suficientes para afastar os apontamentos constantes no relatório de lavra do órgão técnico.

Nestes termos.

Pede e espera deferimento.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado OAB nº 74.071-B